

GÊNEROS E TIPOS: UMA APROXIMAÇÃO

Mara Lucia Fabrício de Andrade (UNESP)

INTRODUÇÃO

Até que ponto *gêneros* e *tipos* podem ser aproximados é uma questão que tem sido abordada em vários trabalhos, por exemplo, Silva (1995) e Silva (1999). Essa é a questão que também direciona as breves reflexões aqui presentes.

GÊNEROS DO DISCURSO OU TIPOS TEXTUAIS

Comunicar-se eficientemente parece, a princípio, algo fácil e simples a qualquer indivíduo, dada a agilidade e a habilidade que todos têm de usar a linguagem. No entanto durante esse processo realizado automaticamente, ou seja, sem uma real consciência do que subjaz à competência lingüística, não se questiona a seqüência de passos a percorrer para que se consiga realizar o complexo ato de comunicação por meio da língua.

Nesse sentido a comunicação seria extremamente difícil se, como diz Bakhtin (1997, p. 302), os indivíduos não dominassem os gêneros de discurso e tivessem de criá-los no processo de fala. As dificuldades da criação de um gênero a cada construção de enunciado de modo totalmente livre seriam sentidas na perda da agilidade do processo. Daí ser necessário admitir, com Bakhtin, que a língua se realiza por meio de enunciados (orais ou escritos). Dadas as diferentes situações de uso, os enunciados vão sendo organizados, agrupados em tipos – de acordo com a finalidade – e ensinados de forma a levar o aprendiz a tomar conhecimento dos diferentes tipos e a usá-los de acordo com os objetivos que têm em mente (Pasquier e Dolz, 1996).

Os enunciados – organizados e agrupados – são usados em toda e qualquer atividade humana. Essas atividades se caracterizam por condições especiais de atuação e por objetivos específicos, e, sendo inúmeras, cada esfera de atividade desenvolve *tipos relativamente estáveis* de enunciados que passam a ser comumente associados a elas. Mesmo variando em termos de extensão, conteúdo e estrutura, os enunciados conservam características comuns, daí serem considerados tipos relativamente estáveis. Bakhtin (1997) chama de *gêneros de discurso* esses *tipos estáveis de enunciados*. Vale ressaltar que o termo *gênero* normalmente é as-

sociado aos estudos literários, daí a tendência, nos estudos lingüísticos, para o uso da expressão *tipos de texto*¹³, considerada mais neutra (Silva, 1995).

Estando assentado que um passo no processo de comunicação é a escolha do tipo de texto, o que fica por verificar é quais são e como podem ser classificados os *tipos de textos*.

CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS TEXTUAIS

Num levantamento geral, Vilela (1999) abstrai os pressupostos que fundamentam as diferentes tipologias textuais existentes, classificando-as da seguinte maneira:

- 1) as que consideram as características textuais internas dos textos (ou *formais*);
- 2) as que consideram os traços textuais exteriores aos textos (ou *funcionais*);
- 3) as que conciliam traços internos e externos ao texto (*formais e funcionais*).

Conforme Vilela, uma problemática que se reflete no plano discursivo, e conseqüentemente na classificação dos tipos textuais, é proveniente da clássica dicotomia *langue-parole* de Saussure (1971). Frente a essa dicotomia, Bakhtin (1997) admite que a unidade de comunicação na *fala* é o enunciado, estando aí implicado um *continuum* entre os aspectos formais e funcionais do discurso, *continuum* este que Silva (1995) – por extensão – toma como base ao formular um “modelo de análise” e classificação de tipos textuais.

Uma classificação funcional

Melo (1985, *apud* Lonardoní, 1996) estabelece – a exemplo do que se faz para a literatura – os *gêneros* para o jornalismo. Ao estudar os gêne-

¹³ Observa-se, contudo, que nem sempre ocorre essa relação sinonímica entre os termos, pois, por exemplo, Biber (1988) distingue **gênero** de **tipo de texto** a partir da aplicação de critérios externos e internos, pois, para ele, as categorias de gênero se definem com base no uso e não na forma, e as categorias agrupam os tipos de texto. Hymes (1974, *apud* Silva, 1995), Bakhtin (1997) e Silva (1995) consideram que o gênero se realiza no enunciado, ou seja, no discurso, pois cada realização pode obter um novo efeito discursivo, desempenhar uma outra função.

ros jornalísticos no Brasil, Melo retoma a obra de Luiz Beltrão, pesquisador que estudou sistematicamente esse assunto. A classificação feita por Beltrão atende a critérios funcionais, de acordo com as funções que os textos desempenham em relação ao leitor: informar, explicar ou orientar. A partir dessas funções, propõe três categorias básicas:

- a) jornalismo *informativo*: notícia, reportagem, história de interesse humano, informação pela imagem;
- b) jornalismo *interpretativo*: reportagem em profundidade;
- c) jornalismo *opinativo*: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada, opinião do leitor.

Acrescentando alguns elementos, Melo reduz essa classificação a duas categorias:

- a) jornalismo *informativo*: nota, notícia, reportagem, entrevista
- b) jornalismo *operativo*: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura, carta

Com esse seu estudo, Melo, de certa forma, evidencia a proximidade que há entre *gênero* e *tipos textuais*. Os tipos textuais, assim, não se limitam especificamente ao literário, ao jornalístico, ao técnico ou ao científico: são, na verdade, modelos gerais, que são escolhidos, adaptados e readaptados de acordo com cada função específica que exercem na comunicação.

Uma classificação formal e funcional

No modelo que elabora, Silva (1995) concilia contribuições advindas de várias perspectivas de análise¹⁴. Silva, acreditando que, de um ponto de vista lingüístico, uma das grandes dificuldades encontradas nas classificações de tipos textuais decorre da falta de distinção entre os planos ou níveis de análise, propõe critérios para uma classificação dos *tipos textuais-discursivos* em *níveis*.

No nível 1 são contemplados critérios formais (ou internos), e no nível 2 são contemplados critérios funcionais, do âmbito do discurso (ou externos). A partir do segundo nível surge a diferença *fala-escrita* e pode ser observada a existência de alguns “exemplares prototípicos”, ou casos que apresentam propriedades que permitem uma rápida identificação do

¹⁴ Tais como: o próprio Bakhtin (1997), já citado acima; Labov (1985) e Schiffirin, 1984.

tipo de texto com uma estrutura de referência (Silva, 1995).

O terceiro nível surge pela recuperação que a autora faz, com rótulos diferentes, de uma observação de Labov (1985) na qual a narrativa, para valer a pena, tem de levar a algum ponto, permitindo que o ouvinte se sinta compensado, e não frustrado, pela atenção que despendeu. Isso, porém, só acontece quando o narrador é capaz de explorar os recursos *avaliativos*¹⁵, e, nesse caso, está-se em outro plano, ou nível, o do papel que, por exemplo, uma estória contada em meio a uma conversa desempenha na interação, isto é, a função social que a estória pode ter para o auto-engrandecimento do narrador (Silva, 1995). Sendo assim, esse terceiro nível contempla a diferença entre a estrutura de tipo textual, sua ocorrência num tipo de enunciado e a inserção desse tipo (ou unidade) num aspecto discursivo mais abrangente; aspecto esse que teria uma função peculiar, ou, em outras palavras, um propósito comunicativo específico. Nesse propósito comunicativo – caracterizado pela argumentatividade – está envolvida a interação social por intermédio da língua e, conseqüentemente, a intencionalidade natural a essa interação (Koch, 1984).

Os três níveis propostos por Silva (1995) são, a seguir, apresentados de maneira mais esquemática:

a) Primeiro nível: *estruturas discursivas*.

São estruturas discursivas disponíveis na língua, e, portanto, pertencentes ao plano das potencialidades da língua, tradicionalmente identificadas como gêneros de discurso:

- *estrutura narrativa* [predicados de ação; juntura temporal];
- *estrutura descritiva* [predicados estativos em torno de entidades];
- *estruturas de tipo expositivo/argumentativo* [proposições, construções sintáticas complexas (subordinação) e construções hipotéticas];
- *estruturas procedurais* [organizações sequenciais nas quais a referência a pessoa tem menos interesse que o processo em si (daí a ocorrência de sujeitos genéricos ou da impessoalidade); o verbo se apresenta no modo dos diretivos, o imperativo, o futuro ou o infinitivo; é comum o uso de orações independentes];

¹⁵ Schiffrin (1984) faz uma distinção entre estruturas de informação e tipos de texto (narrativas, listas). Distingue três tipos de estruturas de informação: ♦ temporal (linearidade ou não-linearidade); ♦ descritiva (predicados estativos); ♦ avaliativa (grau de subjetividade humana subjacente à atividade de fala, aos recursos de expressividade).

- *estrutura expressiva* [predicados com verbos de opinião, avaliativos, ou subjetivos, em que predomina a primeira pessoa];
 - *estruturas dialógicas* [identificadas pela alternância das pessoas do discurso envolvidas, podendo, porém, ser reproduzidas em certas formas da escrita].
- b) Segundo nível: *uso das estruturas discursivas em situações reais de comunicação.*

São instâncias de uso de estruturas que aparecem sob organizações típicas associadas às diversas atividades desenvolvidas pelos indivíduos, como, por exemplo, a estória, a piada, o editorial.

- c) Terceiro nível: *função ou propósito comunicativo com que dada unidade discursiva é empregada, sua força ilocucionária, ou a variedade de eventos comunicativos a que se associa.*

É o nível das superposições, em que se busca identificar qual a intenção predominante (Koch, 1984; Silva, 1995). Silva cita a teoria de Jakobson (1969) por entendê-la propícia para uma primeira identificação.

Esses níveis propostos por Silva (1995), para uma melhor visualização do conjunto, são condensados e também renomeados na tabela 01:

Tabela 01: Níveis de análise de tipos textuais

1º. nível: unidades formais	2º. nível: unidades comunicativas	3º. nível: unidades argumentativas
estruturas discursivas (internas à língua)	usos das estruturas discursivas em circunstâncias reais de comunicação	função/propósito comunicativo dos usos das estruturas discursivas em circunstâncias reais de comunicação
POTENCIALIDADES	USOS	FUNÇÕES
narrativa	♦ o tipo de veículo ♦ o tipo de literatura ♦ o tipo de destinatário ♦ a modalidade de língua (<i>falada</i> ou <i>escrita</i>) ♦ etc...	conativa
descritiva		
expositiva / argumentativa		referencial
procedural		metalingüística
expressiva		expressiva
dialógicas		poética
		fática

Um exemplo de análise

Uma grande dificuldade que há, conforme Silva (1995), para se realizarem análises empíricas está exatamente em identificar e delimitar

porções de discurso inseridas em outras unidades maiores. Um exemplo é a entrevista, que pode abranger as mais diferentes manifestações lingüísticas. No entanto, tendo por base a análise por níveis – nos termos de Silva (1995) –, a entrevista poderia ser considerada um tipo de texto, uma vez que diz respeito a uma atividade que se realiza e que se caracteriza pela troca dialógica. Na tentativa de ilustrar essa questão é que se apresenta a tabela 02.

Nessa tabela, as unidades formais, correspondentes ao primeiro nível, evidenciam as estruturas básicas que sustentam um tipo textual e as suas marcas aparentes na superfície do texto, daí seu número restrito. As unidades comunicativas, que correspondem ao segundo nível, e podem ser numerosas, são: o veículo de comunicação utilizado, o “estilo geral” ou tipo de literatura, o receptor e o tipo de código utilizado. As unidades argumentativas, que correspondem ao terceiro nível, estão relacionadas com a intenção subjacente à comunicação. Os níveis de análise assim dispostos permitem uma análise mais apurada dos diferentes tipos de textos.

Os tipos de textos utilizados nessa proposta de análise – que aparecem na tabela 02 – foram limitados a alguns tipos veiculados por jornal.

Tabela 02
Traços de textos (veiculados por jornais) e níveis de análise¹⁶

Tipos de Textos	Unidades Formais					Unidades Comunicativas												Unidades Argumentativas										
	N	De	A	E	Di	P	J	J-R	R	LCI	LCO	LAR	LJU	ADT	TEE	INF	FAL	ESC	REP	DES	INF	OPI	CO	RE	EX	PO	FA	ME
Notícia	+	+	-	-	-	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	-	-	-	-
Científico	+	+	+	-	+	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	-	-	-	+
Editorial	-	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	-	-	-	+
Carta/leitor	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	+
Crônica	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	+
Entrevista	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	-	-	+	+	+	+	+	+	+
Quadrinho	+	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	-	+	+	+	+	-	+	+	+	+	+	+

Legenda

UNIDADES FORMAIS:	UNIDADES COMUNICATIVAS:	UNIDADES ARGUMENTATIVAS:
N [narrativa]	J [jornal]	CO [conativa],
De [descritiva]	J-R [jornal-revista]	RE [referencial],

¹⁶ Vilela (1999), com base em Helbig (1975), também faz uma classificação por traços, mas os critérios que usa são outros.

A [expositiva/argumentativa]	R [revista]	EX [expressiva],
E [expressiva]	LCI [literatura-científica]	PO [poética],
Di [dialogicas]	LCO [literatura-cotidiana]	FA [fática].
P [procedural]	LAR [literatura-arte]	ME [metalingüística],
	LJU [literatura-jurídica]	
	ADT [adulto]	
	TEE [teen]	
	INF [infantil]	
	FAL [fala]	
	REP [reportado]	
	ESC [escrita]	
	DES [desenho]	
	INF [informativo]	
	OPI [opinativo]	

GÊNEROS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS, E ESTILO

Com relação ao exposto até aqui, poder-se-ia questionar que tomar *gênero* como sinônimo de *tipo textual* não seria válido, dada a distinção dos *gêneros* em *primários* e *secundários* (Bakhtin, 1997; Schneuwly, mimeo).

Por um lado, o *gênero primário* é caracterizado por tipos de enunciado espontâneos e naturais, que ocorrem na imediatez da fala, e o *gênero secundário*, por tipos de enunciados da fala aprimorados por meio da escrita¹⁷ (Bakhtin, 1997; Schneuwly, mimeo). Por outro lado, um *tipo textual* pode ser caracterizado como espontâneo ou planejado, conforme os traços “*falado*” e “*escrito*”, que, conforme Silva (1995), são traços de análise pertinentes ao segundo nível.

Sendo assim, o uso de *tipo textual* por *gênero* não é problemático porque, em essência, a distinção permanece como um dos traços no segundo nível. Tal acontece porque, entre outras razões, é possível, como faz Silva (1995), na esteira de Bakhtin (1997), conciliar aspectos formais e funcionais, já que ambos têm pressupostos pertinentes ao terceiro tipo proposto na classificação de Vilela (1999).

No que se refere ao *estilo* é possível fazer algumas observações a partir do exposto por Bakhtin (1997):

Na maioria dos gêneros do discurso (com exceção dos gêneros artístico-literários), o estilo individual não entra na intenção do enunciado, não serve exclusivamente às suas finalidades, sendo, por assim dizer, seu epifenômeno, seu produto complementar. A variedade dos gêneros do discurso pode revelar a variedade dos estratos e dos aspectos da personalidade individual, e o estilo individual pode

¹⁷ Bakhtin (1997) chama atenção para os casos de discurso relatado reportado. Esses casos podem, como se vê na tabela 02, aparecer como mais um traço do segundo nível.

relacionar-se de diferentes maneiras com a língua comum. O problema de saber o que na língua cabe respectivamente ao uso corrente e ao indivíduo é justamente problema do enunciado (apenas no enunciado a língua comum se encarna numa forma individual). A definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso.

O vínculo indissolúvel, orgânico, entre o estilo e o gênero mostra-se com grande clareza quando se trata do problema de um estilo lingüístico ou funcional. De fato, o estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana. Cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (p. 283, grifo meu)

Primeiro observa-se a distinção que há entre um estilo individual e um estilo geral pertinente ao tipo de enunciado. Em segundo lugar, observa-se que, quando se trata de um estilo geral pertinente ao tipo de enunciado, este está estreitamente correlacionado com o gênero. Sendo assim, esse estilo geral relacionado ao gênero é passível de ser caracterizado por traços pertinentes, também pertencentes ao segundo nível. Na tabela 02 esses traços são apresentados como tipos de literatura.

A partir daí verifica-se que, na verdade, o estilo individual, relativo às escolhas individuais no plano sintático ou do vocabulário (Swales, 1990; *apud* Silva, 1995), é uma característica subjetiva. E, que o estilo geral, pertinente ao tipo de enunciado, pode – contrariamente ao que propõe Silva (1995) – aparecer também como traços característicos de determinados tipos de textos, passíveis de ser alocados no segundo nível.

TIPOS TEXTUAIS COMO “FERRAMENTA”

Para Bakhtin (1997), quando um indivíduo utiliza a língua, sempre o faz por meio de um *tipo de texto* ainda que possa não ter consciência disso; ou seja, a escolha de um tipo¹⁸ é um dos passos – se não o primeiro – a ser seguidos no processo de comunicação.

Por isso, e nessa perspectiva de *continuum*, os tipos textuais po-

¹⁸ A escolha de um tipo textual é também apontada por Pasquier e Dolz (1996) ao enumerar as dificuldades que um aluno encontra ao escrever. Ou seja, enquanto ele não faz uma opção, não é capaz de escrever. Em vista disso, de maneira geral, e aí incluindo o ensino da tipologia textual, Pasquier e Dolz entendem que a capacidade de escrever pode ser desenvolvida pelo ensino, não sendo por isso uma característica unicamente inerente aos *dons* individuais.

dem ser uma ferramenta que está à disposição do falante, sendo por ele escolhidos da maneira que melhor lhe convém para, no processo de comunicação, auxiliá-lo na sua expressão lingüística. Tomar um tipo textual como uma *estrutura básica* normalmente usada em uma determinada situação o torna uma valiosa “ferramenta” (ou “instrumento” de caráter cognitivo) que o falante procura, guia e controla para poder expressar a função maior da linguagem que é atingir uma comunicação, em maior ou menor grau, argumentativa, ou seja, uma comunicação cujo objetivo é eficazmente alcançado e concretizado; daí dizer-se que a *argumentatividade* está inscrita no uso da língua (Schneuwly, mimeo; Koch, 1984; Silva, 1995; Neves, 1997).

CONCLUSÃO

As idéias aqui tratadas, relativas aos níveis de análise para o estabelecimento de uma tipologia textual – que se apresentaria como uma ferramenta (um padrão socialmente aceito) por meio da qual o falante “constrói” (níveis 1 e 2) sua intenção comunicativa (nível 3) –, são fundamentadas na teoria funcional da linguagem proposta por Dik e Halliday (*apud* Neves, 1997), dentro da qual se admite a argumentação como mais um fator inerente ao uso (Koch, 1984; Neves, 1997).

Neste sentido a proposta de análise baseada em “níveis” se mostra mais adequada à análise da diversidade textual existente, pois se trata de uma análise que se faz genérica e abrangente ao mesmo tempo em que mantém as características específicas dos textos, tais como a informatividade e a opinião, apresentadas na proposta de Melo.

De uma maneira geral a busca por uma tipologia textual é uma prática clássica. E foi da tradição que os diferentes tipos (ou gêneros, e aqui, sim, talvez esse termo fosse mais adequado) – como o *épico*, o *lírico* e o *dramático* ou a *poesia* e a *prosa* – foram herdados, e ainda sobrevivem, ora preservados intactos na arte, ora decompostos e recompostos em inúmeros e diferentes níveis, mas todos a serviço da intenção comunicativa de um falante que a eles recorre como se recorre a uma ferramenta de trabalho.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da Criação Verbal*. 2a. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1997.

- BRANDÃO, H. N. *Texto, gêneros do discurso e ensino*. Mimeo.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo : Cultrix, 1969.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo : Cortez, 1984.
- LABOV, W. *Language in the inner city*. Philadelphia : Univ of Philadelphia Press, 1975.
- LONARDONI, M. *No topo da notícia. De como a submanchete faz manchete*. Dissertação de mestrado. Unesp-Araraquara, 1996.
- MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis : Vozes, 1985.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. Martins Fontes : São Paulo, 1997.
- PASQUIER, A.; DOLZ, J. Un decálogo para enseñar a escribir. *Cultura y Educación*, 1996, n. 2, p. 31-41.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo : Cultrix, 1971.
- SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de texto: considerações psicológicas e ontogenéticas. Trad. Roxane H. R. Rojo. In: REUTER, Y. (ed.) *Les Interactions Lecture-Écriture (Actes du Colloque Théodile-Crel)*: 155-173. Ber : Peter Lang. Mimeo.
- SILVA, V. L. P. *Forma e função nos gêneros de discurso*. 1995. Mimeo.
- SILVA, V. L. P. Forma e função nos gêneros de discurso. *Alfa*, 42, 1997.
- SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual. *Scripta* 2, n. 4, 9, 87-106, 1999.
- SWALES, J. *Genre analysis*. Cambridge : Cambridge Univ. Press, 1990.
- VASCONCELOS, S. I. C. C. *Os discursos jornalísticos*. Itajaí (SC)/ Maringá (PR) : Univali, 1999.
- VILELA, M. *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. Coimbra : Livraria Almedina, 1999.